

AVALIAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Luan do Carmo da Silva¹
Helena de Moraes Borges²
Comunicação oral: Geografia

Resumo: Os livros didáticos se constituem enquanto um recurso metodológico muito utilizado nas salas de aula, podendo ser considerado também uma das poucas (se não a única) fontes de informação científica a alunos de baixa renda. O mercado editorial do livro didático é um dos mais promissores do país, haja vista que a maior parte desses livros é adquirida pelo governo federal, para serem repassados às escolas públicas. Porém, para que cheguem às mãos dos professores e alunos, os livros são submetidos a um processo de avaliação, realizado através do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Os resultados da avaliação são divulgados no Guia Nacional do Livro Didático, assim como são explicitados os critérios utilizados e as resenhas das principais obras aprovadas. Tal guia tem influenciado no modo como os livros são elaborados, o que pode ser interpretado como negativo, por haver certa padronização dos livros didáticos, ou positivo por estabelecer parâmetros de qualidade e conseqüentemente barrar erros conceituais, por exemplo. O fato é que a partir da avaliação houve avanço na qualidade dos livros didáticos. Dentre os diversos critérios estabelecidos para sua aprovação destacamos neste trabalho a construção da cidadania, mas enquanto uma cidadania real e possível, logo é importante que os livros tragam elementos para a formação de uma consciência crítico-cidadã, possibilitando aos alunos a leitura, interpretação e intervenção no espaço geográfico. Para que isso seja possível, algumas categorias específicas da ciência geográfica não podem estar ausentes nos livros didáticos, uma vez que sem a compreensão das mesmas a atuação cidadã não se efetivará. Por conseguinte, destacamos aqui as categorias espaço e lugar, além de considerar a cartografia e a compreensão do conceito de globalização neste processo de formação cidadã.

Palavras chave: Livros didáticos – PNLD – Geografia – Cidadania.

Introdução

Quadro, giz, *data show* e *slides*, voz alta e olhar atento. São vários os elementos que compõem a aula, seja enquanto instrumentos metodológicos, ou mesmo a postura e atitude do professor e do aluno. A aula pode ser considerada um dos momentos mais importantes no processo de ensino-aprendizagem, e um recurso que tem ganhado cada vez mais destaque, devido à sua ampla utilização e função, é o livro didático (SILVA, 2013). É certo que instrumentos mais “tradicional”³, como a voz do professor, o quadro e o ouvido do aluno são essenciais para o aprendizado, mas não são os únicos, uma vez que os livros didáticos das mais variadas disciplinas do currículo escolar funcionam como suporte ao trabalho do professor e ao aprendizado do aluno (CISTERNAS, 2012).

¹ Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Bolsista CAPES/Demanda Social. E-mail: luandocarmo@msn.com

² Licencianda em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET. E-mail:helenabgeo@gmail.com

³ Não se quer com essa palavra desmerecer a função destes elementos no processo educativo, apenas pontuar que eles são há mais tempo utilizados neste processo.

O livro funciona como suporte ao trabalho dos professores, sobretudo daqueles que lecionam disciplinas em outras áreas que não a de sua formação original⁴, o que ainda é muito recorrente, mesmo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional postulando que os professores precisam ser formados nas áreas em que atuam. Nestes casos, o livro didático geralmente é utilizado pelo professor como referência para o entendimento a algumas especificidades da área. Além disso, D'ávila (2008, p. 105) destaca que os livros – ou manuais como denomina a autora – consistem em “[...] uma tecnologia indispensável para professores que não receberam formação pedagógica adequada.

Outro fator a ser considerado, no que tange a importância dos livros didáticos, consiste no fato de que este pode ser um recurso utilizado na formação continuada de professores, haja vista que, como apresenta Cavalcanti (2012), parte significativa dos professores não tem tempo suficiente em suas cargas horárias para se dedicar, por exemplo, a cursos ou participar de seminários.

Aos alunos, os livros didáticos muitas vezes, como expõe documento da Secretaria de Educação de Goiânia (GOIÂNIA, 2009), funcionam como o único meio de chegada a informações, dados e conhecimentos científicos. Ainda segundo este documento, é grande o número de alunos que somente tem acesso a conhecimentos sistematizados na escola, e como o livro didático faz parte do cotidiano das aulas, e traz em si, os aspectos supracitados, pode-se entender que o conhecimento científico a que o aluno tem contato advém em grande parte, mas não somente, daquilo que consta nos livros didáticos. D'ávila (2008, p. 103) chama atenção para o fato de que muitas vezes o livro didático consiste em uma das poucas, fontes de leitura e informação também aos pais dos alunos: “É comum, em famílias de baixo poder aquisitivo, recorrerem ao manual como fonte de informação e estudo”.

Mesmo que existam outros materiais educativos que sejam possuidores de conhecimentos científicos como filmes, músicas, livros literários, *internet* e jogos de computadores e que podem auxiliar a construção do conhecimento, o livro didático, conforme apresenta Silva (2013), difere-se destes materiais porque disponibiliza ao professor aspectos formativos e informativos. E aos alunos disponibiliza outros

⁴ Na rede estadual de ensino de Goiás é corriqueiro que professores de uma determinada formação atuem em outras áreas, principalmente em disciplinas como Filosofia, Sociologia, História e Geografia, como forma de complemento de carga horária.

produtos que podem colaborar na sistematização da expectativa de aprendizagem trabalhada.

Dada a importância dos livros didáticos enquanto recursos metodológicos, que ora servirão como fonte de informação ao professor e apoio ao planejamento, ora se constituirão como fonte de consulta e meio de realização de atividades aos alunos, cabe questionar quais são os livros adotados nas escolas. Para ir além, pode-se indagar: Por que tais livros foram adotados? Quais os critérios e metodologia de avaliação e seleção dos livros? Tais critérios de escolha atendem às demandas dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem?

Por conseguinte, este texto busca analisar a avaliação de livros didáticos de Geografia através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) enquanto um meio para auxiliar alunos e professores no processo de construção do conhecimento. Para tanto, faz-se necessário entender o histórico do Programa, as especificidades da avaliação na área de Geografia, e como os avanços alcançados a partir da implantação do Programa se apresentam nos livros e quais potencialidades estes mesmos avanços delineiam à sistematização do conhecimento. Cabe também a este trabalho apontar encaminhamentos para se pensar a construção da cidadania dos alunos a partir das possibilidades engendradas pelo livro didático de Geografia.

Não é foco deste texto minimizar o papel do professor no processo de ensino-aprendizagem, muito pelo contrário, reconhece-se a autonomia do professor desde o momento de reflexão sobre a escolha do livro didático até o momento e o modo de utilizá-lo em sala de aula. O que se almeja com esse texto é pensar criticamente, mas sem uma leitura pejorativa, o livro didático no debate acadêmico como um recurso de subsídio ao trabalho do professor e à formação do aluno.

Este trabalho é resultado de reflexões realizadas por ambos os autores em suas pesquisas individuais de dissertação e monografia. Por isso, optou-se por se fazer um ensaio teórico a partir da consulta bibliográfica em autores que versam sobre a avaliação de livros didáticos e sua importância no contexto do ensino, assim como se prezou por consulta documental principalmente pautada por apontamentos do Programa Nacional do Livro Didático. Os dados apresentados são apenas para referendar a magnitude do referido Programa no âmbito das despesas públicas. Vale ressaltar que não foi objeto de preocupação neste ensaio analisar os livros didáticos aprovados no âmbito do Programa, mas propiciar a reflexão ao leitor acerca da importância e

constante necessidade de iniciativas como estas vindas do poder público em parceria com as Universidades e professores da educação básica.

Pensar o Livro didático: produto de mercado ou recurso para a construção do conhecimento?

É inegável que a indústria editorial voltada para os livros didáticos é a que mais lucra no Brasil, segundo S. Sposito (2006), os livros didáticos são responsáveis por mais de 60% do mercado editorial no país, isso porque a leitura em geral é pouco disseminada no Brasil, ou seja, não é hábito da população em geral a compra de livros literários e outros produtos gráficos que não aqueles exigidos pela escola. E isso não é uma apelação, basta perguntar para os alunos quantos e quais livros foram lidos nos últimos doze meses sem que a solicitação viesse do professor⁵.

Outro aspecto que contribui para a hegemonia do mercado editorial de livros didáticos é apresentado por B. Sposito (2006): a quantidade de alunos matriculados nos nove anos do Ensino Fundamental e três anos do Ensino Médio, com a consequente necessidade de aquisição de exemplares livrescos para as diversas disciplinas que cursam. Vale destacar que quando da escrita do texto de B. Sposito os alunos do Ensino Médio ainda não eram contemplados pela distribuição gratuita de livros didáticos, mas já naquela época o mercado de livros didáticos recebia atenção pela quantidade de livros por aluno matriculado no Ensino Fundamental. Segundo dados do Censo Escolar de 2006, no referido ano estavam matriculados em todo o país 33,3 milhões de alunos (INEP, 2007). Se, por exemplo, tomarmos como hipótese uma escola com seis turmas, cada turma com trinta alunos de Ensino Fundamental – o que seria uma escola extremamente pequena em relação ao padrão brasileiro – teríamos, pelo menos, a demanda por novecentos livros didáticos por ano letivo. Cabe ressaltar que, no ano de 2012, estavam matriculados no Brasil mais de cinquenta milhões de alunos entre os ensinos Fundamental e Médio (INEP, 2013).

Neste sentido, torna-se necessário o processo avaliativo do livro didático por parte de seu maior comprador – o poder público federal. É interessante notar que mesmo que o Ensino Fundamental seja municipalizado, assim como de responsabilidade dos estados e Distrito Federal, e o Ensino Médio seja responsabilidade

⁵ Este fato pode ser comprovado em dados de uma pesquisa publicada em 2012 pelo Instituto Pro-Livro, na qual se detectou que os estudantes brasileiros leem, grosso modo, apenas por obrigação.

dos estados e do Distrito Federal, é a União a responsável pela aquisição dos livros didáticos selecionados pelos professores e distribuídos por todo o país.

É inegável que toda a produção cultural humana possua alguma conotação ideológica em maior ou menor grau. Entretanto, há produtos que muito mais que outros estão permeados por conotações pejorativas e discriminatórias. É o caso, por exemplo, da mídia, a qual segundo Silva (2013), atualmente, tem papel bastante ativo na formação da consciência social da população brasileira. Porém, a formação propiciada pela mídia em geral possui um caráter distorcido e acrítico, o que inviabiliza o receptor da informação a questioná-la, logo, aceitando-a como legítima, fato este que pode comprometer a sua formação para uma cidadania real. Para Massey (2012), as informações transmitidas pelos grandes conglomerados dos meios de comunicação, estão a serviço de um determinado grupo de atores sociais, os quais, são hegemônicos e que por isso mesmo, apresentam apenas o viés de informação que melhor lhes convém.

À escola, na verdade, não cabe trabalhar como meio de transmissão de informação. Isto também não é papel dos livros didáticos. À escola e aos livros cabem o trabalho crítico em cima das informações adquiridas em outros contextos formativos para a desconstrução de tendências discriminatórias presentes ou não nestas informações. É neste sentido que avaliar as informações trazidas pelos livros didáticos subsidia o aluno e o professor na construção de sua cidadania. Já que não se impõe determinadas informações como verdades absolutas, e se propõe a problematização de informações oriundas de outros meios.

Não se pode negar que a adequação aos requisitos estabelecidos, fizeram com que se tivesse um ganho significativo na qualidade dos livros didáticos, uma vez que, conforme exemplifica S. Sposito (2006), erros conceituais grosseiros foram observados durante a avaliação de livros didáticos do 1º ao 4º ano, no ano de 1998. Dessa forma, o autor considera que as leituras críticas e avaliação modificam as características do livro didático, e complementa que ao longo dos últimos vinte anos, as mudanças ocorreram principalmente em decorrência das políticas públicas de avaliação.

Com efeito, sendo a escola um espaço de formação, e em um sentido mais específico, espaço de encontro de culturas diversas (porque os atores que a compõem são oriundos de diferentes realidades), o livro didático, enquanto um recurso metodológico o qual possui a possibilidade de auxiliar o aluno a construir seu conhecimento – através, logicamente da mediação do professor – constitui-se também como um elemento de grande significado para a formação e atuação cidadã desses

atores que compõem a escola. Para tanto, torna-se imprescindível que o que é veiculado por esses livros seja objeto de análise, crítica e avaliação, como o faz o Programa Nacional do Livro Didático. Com isso, o livro não é apenas mais um produto a ser comercializado, mas uma fonte de acesso ao conhecimento, que mesmo com suas inegáveis limitações, possui suas virtudes.

Processo avaliativo de livros didáticos e as especificidades da área de Geografia

Sobre o histórico de avaliações de livros didáticos no Brasil, B. Sposito (2002, p. 298) esclarece que as primeiras adequações de livros didáticos ao que estabelecia o poder público foram feitas a pedido, indireto, da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. A solicitação ocorreu de forma indireta porque, ao invés de se avaliar os livros, a Secretaria produzia um Guia que direcionava o trabalho do professor na sala de aula.

A autora argumenta que este Guia funcionava como “uma espécie de ‘bíblia’ do trabalho pedagógico” do professor. Este Guia então passou a ter seus elementos incorporados aos livros didáticos para que melhor atendessem às normas as quais os professores estavam submetidos na década de 1970. É interessante notar que, pelo contexto da época – Ditadura Militar –, certamente o Guia trazia elementos de uma educação formal diferente da que se busca atualmente, e conseqüentemente era esta ideologia – a do não questionamento, das verdades absolutas e da privação da construção de ideias – que os livros didáticos reproduziam. Não obstante, Bezerra e Luca (2006) apontam que desde o século XIX os livros utilizados em escolas, principalmente na Europa, já traziam fortes conotações ideológicas, como os principais “inimigos” de um determinado Estado, ou aquilo que necessariamente deveria ser entendido como riqueza social de um povo, e por isso mesmo constantemente exaltado nas escolas e na vida cotidiana.

A primeira avaliação em nível nacional de livros didáticos ocorreu em 1996, responsável pela avaliação de livros destinados à primeira fase do Ensino Fundamental. De lá para cá o Programa Nacional de Livro Didático se consolidou e incorporou a segunda fase do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Devido ao interesse, sobretudo das editoras, em abarcar o promissor mercado dos livros didáticos, os autores começaram a adequar suas obras aos critérios exigidos pela avaliação. Alguns autores

consideram isto um problema, devido à padronização dos conteúdos e conseqüente falta de opções aos professores e alunos.

O processo avaliativo de livros didáticos tenta barrar, entre outros aspectos, a perpetuação de preconceitos e discriminações sociais, econômicas e culturais em nossa sociedade, na qual parte da população há séculos é sub-representada, como é o caso de mulheres, negros/as, indígenas, crianças e idosos/as. Outra justificativa plausível para a avaliação de livros didáticos é a não divulgação de erros conceituais através de textos, desenhos e outras representações, assim como a não divulgação de produtos comerciais – através de disseminação de rótulos e embalagens diversas. Quer-se com essas medidas, isentar o livro de juízos de valor e desencontros com os avanços da ciência de referência e do método pedagógico que representa.

Para a escolha dos avaliadores da área de Geografia, são considerados, de acordo com o Plano Nacional do Livro Didático (BRASIL, 2011), os seguintes critérios: ter vínculo com o ensino e a pesquisa na área de Geografia; conhecimento da realidade da rede pública de ensino; formação acadêmica na área de Geografia; experiência em atividades de avaliação de material didático; além de conhecimento e experiência em metodologias de ensino-aprendizagem de Geografia.

Vesentini (2012), entretanto, pondera que o principal ator desta avaliação deveria ser o professor que lida com o livro em sala de aula cotidianamente e não somente professores universitários, os quais, ainda segundo informações do mesmo autor, e referindo-se aos professores das primeiras avaliações da área de Geografia, são professores com pouca ou nenhuma experiência no ensino básico e que não tiveram experiência na produção de livros didáticos, e que por estes motivos não teriam possibilidades de ter suas avaliações entendidas como condizentes com a realidade vivida na escola.

Em contrapartida, B. Sposito (2006), uma das primeiras avaliadoras de livros didáticos de Geografia através do PNLD – logo um dos alvos das críticas de Vesentini – esclarece que os professores da escola básica já participaram com maior intensidade do processo avaliativo dos livros didáticos, mas muitas vezes por falta de rigor teórico e insegurança na emissão de opiniões nos pareceres, ficou acordado que somente professores com, no mínimo, mestrado participariam do processo avaliativo.

Outra crítica tecida por Vesentini (2012) consiste no fato de que os critérios de avaliação estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC) influenciam significativamente no modo como os livros são elaborados, logo, argumenta que,

mesmo que os livros sejam em grande parte comprados pelo poder público, a avaliação destes materiais não pode seguir apenas uma determinada corrente de pensamento, ignorando as demais, que, segundo o autor, em muitos casos são mais críticas e progressistas que a corrente divulgada. Cisternas (2012, p. 138) corrobora esta questão ao afirmar que os documentos elaborados pelos agentes governamentais regulamentam e condicionam o trabalho das editoras, por conseguinte, “um livro didático com uma proposta única e transgressora que não siga as indicações do governo, não será um livro que chegue amplamente às aulas”. Todavia, cabe destacar que o PNLD não veta obras com concepções teórico-metodológicas tradicionais, fenomenológicas ou dialéticas, o Programa, veta as obras que se dizem de uma determinada corrente de pensamento, mas não articula nesta corrente em sua organização interna, ou seja, um livro que o autor apresenta como de um viés crítico, não pode se pautar por atividades e textos que prezem pela memorização de datas, pelo modelo Natureza – Homem – Economia ou outros aspectos de uma tendência tradicional. O livro que o autor apresenta como crítico, tem que está organicamente estruturado por um viés crítico.

Respondendo a esta crítica, B. Sposito (2006), justifica que com o referido programa de avaliação, busca-se a excelência na qualidade do produto ofertado ao Estado e com conhecimentos e informações que possibilitem a construção de uma cidadania que seja plena. Entretanto, a avaliação negativa de uma obra, não a impede de circular no mercado, o que acontece é a não recomendação desta obra ao Guia do Livro Didático, conseqüentemente vetando a sua adoção pelos professores das escolas públicas de todo o país.

Sobre as possibilidades de construção da cidadania através do livro didático, esta consiste em elemento fundamental para a aprovação. Assim conforme previsto em edital, os avaliadores devem “observar os princípios éticos necessários à construção da cidadania e o convívio social” (BRASIL, 2011, p.11). Neste sentido, Bezerra e Luca (2006, p. 37) expõem que:

Uma vez que o livro didático constitui-se em elemento importante na construção do saber escolar e do processo educacional, espera-se que contribua para o *aprimoramento da ética*, imprescindível ao convívio social e à *construção da cidadania*. Neste sentido, há que se verificar, nos textos e nas atividades, a existência de uma real preocupação em despertar no aluno a prática participativa, a sociabilidade, a consciência política, enfim, a cidadania entendida em seu sentido mais amplo. (Destaques dos autores)

Para além de um sentido mais amplo como o argumentado pelos autores, faz-se necessário que a cidadania apresentada pelos livros seja uma cidadania real e possível. Ou seja, os livros necessitam apontar para aspectos da prática cotidiana dos alunos que fomentem a construção da consciência crítico-cidadã a partir do lugar em que vivem, e que consequentemente possam ser transpostas para outras realidades espaciais. É necessário que se entenda que a cidadania possui um aspecto espacial, o qual segundo Nogueira (2009) é um dos fundamentos essenciais para a efetivação da participação e atuação cidadã dos sujeitos no processo de compreensão e emancipação sociais.

O autor esclarece que a avaliação de livros contempla dois direcionamentos amplos, o mercadológico e o da qualidade:

Do ponto de vista mercadológico, o livro não pode ser descartável nem ter estrutura confusa ou mal cuidada. Do ponto de vista da qualidade, o livro didático tem de ter coerência interna entre a proposta teórica de ensino definida no manual do professor e o desenvolvimento dos conteúdos no livro do aluno, além de não apresentar erros grosseiros de informação ou equívocos conceituais comprometedores. (idem, p. 59)

Para constituir o processo avaliativo, o PNLD apresenta oito critérios, sendo três de carácter eliminatório, são eles: Aspectos teórico-metodológicos, conceitos e informações básicas, construção da cidadania; e cinco critérios classificatórios: aspectos teórico metodológicos e conceituais, construção da cidadania, estrutura editorial, aspectos visuais e manual do professor. Mesmo este modelo tendo servido de base para as avaliações subsequentes, o que se percebe ao consultar a ficha de avaliação do PNLD de Geografia de 2011 é que alguns critérios foram suprimidos e outros modificados, atualmente são critérios da avaliação: respeito à legislação, normas e diretrizes para o Ensino Fundamental; coerência e adequação metodológica; correção dos conceitos e informações básicas; construção da cidadania; manual do professor; atividades; ilustrações; aspectos gráficos, editoriais e projeto do livro.

Conforme se pode observar com base nestes critérios, a construção da cidadania se constitui em uma preocupação recorrente no momento de se avaliar os livros, uma vez que se enquadra tanto na categoria de carácter eliminatório como também classificatório. Ao fazer um detalhamento dos critérios de avaliação, S. Sposito (2006, p. 67) ressalta a construção da cidadania enquanto um aspecto fundamental a ser considerado, uma vez que “O livro não poderia conter preconceito ou indução a preconceitos de origem, etnia, gênero, religião, idade e condição socioeconômica”.

Além disso, destaca a preocupação com a construção da cidadania “no que concerne a uma construção ética democrática e plural e no estímulo ao convívio social, ao respeito e à tolerância às diferenças” (idem, p.68).

Mesmo com as sutis mudanças nos critérios avaliativos de livros didáticos ocorridos desde a primeira avaliação até a mais atual (BRASIL, 2011), a cidadania manteve-se como um aspecto avaliativo, além de ter sido acrescido de outro critério – o respeito à legislação, ou seja, além de elementos que apontem para a cidadania, agora são avaliados também os aspectos formais de construção da cidadania. Além disso, percebe-se que em outros quesitos avaliativos, tais como coerência e adequação metodológica; correção de conceitos e informações; atividades e; ilustrações existem elementos que também apontam para a construção da cidadania pelo viés da espacialidade – ou seja, uma cidadania real a qual receba a contribuição na Geografia em seu processo de constituição.

Silva (2013) ressalta que este filtro de caráter eliminatório destinado a avaliar os elementos constitutivos da cidadania precisa ocorrer independente do ano/série que se destina o livro, assim como independente do componente curricular que representa, uma vez que é neste filtro que o livro é detectado com ausência ou não de preconceitos, discriminações raciais, étnicas, religiosas, sexuais e de idade.

Conceitos e temas geográficos potencializadores da construção da cidadania presentes no livro didático

O Guia do PNL (BRASIL,2011) apresenta os aspectos formativos que os livros devem possibilitar aos alunos. Diferente dos critérios de seleção, esses elementos estão mais ligados à formação do aluno, ou seja, estão relacionados às habilidades que precisam ser desenvolvidas. Sendo assim, as obras devem possibilitar aos alunos:

Analisar a realidade, percebendo suas semelhanças, diferenças e desigualdades sociais, e apresentar propostas para sua transformação; Compreender as interações da sociedade com a natureza, para explicar como as sociedades produzem o espaço; Compreender o espaço geográfico como resultado de um processo de construção social, e não como uma enumeração de fatos e fenômenos desarticulados; Saber utilizar os conceitos de natureza, paisagem, espaço, território, região e lugar, para analisar e refletir; Compreender seu espaço imediato, assim como as escalas mais amplas; Utilizar variáveis básicas como distância, localização, semelhanças, diferenças, hierarquias, atividades e sistemas de relações, para identificar e inter-relacionar formas, conteúdos, processos e funções; Permitir a discussão e a crítica, estimulando atitudes para o exercício da cidadania; Favorecer a apropriação da linguagem cartográfica para estabelecer correlações e

desenvolver as habilidades de representar e interpretar o mundo. (BRASIL, 2011, p.09).

Sintetizando todos estes elementos, Hespanhol (2006, p. 77) considera que o livro didático de Geografia necessita “preparar o aluno para atuar num mundo complexo, localizar-se nele, decodificá-lo, compreender seu sentido e significado; e segundo, desenvolver seu espírito crítico”. Entretanto, se pensarmos assim, fica o questionamento: seria o livro didático mais importante que o trabalho de mediação do professor? Como já foi exposto na introdução desse trabalho, acredita-se que não, neste sentido, cabe ao livro didático favorecer o preparo do aluno a atuar no mundo, através do viés da espacialidade, de modo crítico, criativo e autônomo, assim como fornecer ao professor elementos que consubstanciem seu trabalho de mediação.

Afinal, de que vale um livro didático que contemple todos os aspectos formativos citados acima e que tenha como um dos principais elementos a construção da cidadania, se tais elementos não fizerem parte da prática docente? D’Ávila (2008, p.108) chama a atenção para o seguinte fato: “Não basta mudar o manual escolar, torna-se necessário que os professores mudem”, ou seja, cabe ao professor dar um novo uso ao livro didático. Logo, se a formação do professor e sua prática pedagógica estiverem distantes da preocupação com a formação cidadã dos alunos, sua preparação para atuar em um mundo complexo e o desenvolvimento de seu espírito crítico, muito pouco surtirá efeito toda a preocupação dada aos aspectos que precisam ser contemplados pelo livro didático. Isto porque o professor, mesmo que involuntariamente, terá a sua atuação voltada para a reprodução e memorização de conceitos e informações, relegando a formação cidadã de seu aluno a segundo plano, ou nem mesmo contemplando-a. Isto é, para que o livro didático contemple aspectos da formação cidadã, é indispensável que estes façam parte da prática pedagógica do professor, pois o livro não faz a aula sozinho, aula aqui compreendida enquanto processo intencional, logo, que depende das escolhas do professor.

A partir dos aspectos que os livros precisam apresentar, como já explicitado, pode-se entender que compreender e intervir no espaço geográfico se constitui como um dos principais objetivos do ensino de Geografia. Tal objetivo está relacionado ao fato de que, conforme destaca Cisternas (2012), o Ministério da Educação (MEC) considera a categoria de espaço geográfico como eixo central para começar a análise geográfica,

sendo então, segundo a autora, o ponto de partida para o surgimento de conceitos mais específicos, tais como escala, paisagem, lugar, território, globalização, técnicas e redes.

Acima de uma dimensão formal do ensino, é necessário que se pense também o conceito a partir da ciência (da produção científica) que fornece elementos para a disciplina escolar⁶. Neste sentido, desde o movimento de renovação da Geografia que o espaço tem sido entendido como a principal categoria de análise da Geografia (CAVALCANTI, 1998) e por isso tem se mostrado como uma preocupação para o processo de ensino-aprendizagem na escola. O espaço geográfico não é apenas o palco de acontecimentos e fenômenos sociais e naturais que a Geografia estuda, o espaço geográfico para além de ser produto da relação sociedade-natureza, é também um elemento que produz, e até mesmo, condiciona esta relação. Por isso, é interessante que os livros didáticos proporcionem ao aluno o contato com esta maneira de entender o espaço – e não o entenda como estático, imutável, inerte e sem importância.

O reconhecimento do espaço como sistema dinâmico é imprescindível para construção de sua autonomia espacial – uma das bases da cidadania real. Isto porque, o aluno terá possibilidades de não se deixar enganar por uma leitura rasa e tendenciosa das questões espaciais, assim como poderá emitir de modo mais contundente e satisfatório sua opinião sobre aquilo que está posto ao debate.

Dentre alguns conceitos específicos, pode-se destacar também o lugar enquanto conceito que alia as demandas locais, globais e de outras escalas em um determinado ponto do espaço, o qual possui alguma significação para o cidadão, no caso deste texto, o aluno em processo formativo. Para Silva (2013, p. 22) a capacidade de uma maior ou menor leitura e interpretação do lugar em que se vive dependerá da formação do cidadão, “isto implica em afirmar que a formação da cidadania poderá favorecer um modo de vida, (...) buscar visualizar as questões que interferem em nossas atividades cotidianas e vislumbrar possíveis alternativas e soluções”.

Ainda tratando do lugar, Silva (2013) aponta que se sentir pertencido a um determinado lugar faz com que o cidadão busque condições, situações e momentos para a luta pelos seus direitos – e também deveres – além de reconhecer, com esse

⁶ Vale destacar que, conforme apresenta Cavalcanti (1998), a disciplina escolar Geografia não é uma redução, ou melhor, não é uma leitura reduzida da Geografia acadêmica, para a autora, estes dois conhecimentos são interdependentes e cada qual possui as suas especificidades o que não torna a Geografia escolar menor ou menos importante que a Geografia acadêmica. Mesmo com suas especificidades há pontos convergentes entre essas áreas, dentre muitos, pode-se destacar, neste texto, as categorias de análise geográfica e a cartografia como elementos que auxiliam o cidadão, o professor, o geógrafo a entender o espaço.

pertencimento a existência de identidades que lhes são alheias. É interessante, neste sentido, que o livro didático de Geografia adotado pelo professor traga possibilidades para o questionamento e reconhecimento dos diferentes lugares e das identidades que lhes são comuns e diferentes, explicitando, desta maneira suas contradições, assim como, proporcione o debate sobre o respeito às diferenças locais, culturais, sociais, éticas e outras.

Os aspectos cartográficos também são fundamentais na constituição dos livros, uma vez que, conforme destaca S. Sposito (2006, p. 63) é uma “linguagem essencial para o conhecimento geográfico”. Essa linguagem é apontada por Simielli (2012) como um meio de possibilidade do domínio espacial e a síntese dos fenômenos que ocorrem num determinado espaço, ou seja, o sujeito alfabetizado cartograficamente possui maior arcabouço teórico para o reconhecimento do espaço em que está situado, com isso poderá agir e propor intervenções no espaço de maneira mais autônoma, crítica e criativa. Além disso, a autora destaca que:

No nosso dia a dia ou no dia a dia do cidadão, pode se ter a leitura do espaço por meio de diferentes informações e, na cartografia, por diferentes formas de representar estas informações. Pode-se ainda ter diferentes produtos representando diferentes informações para diferentes finalidades”. (Idem, p. 94/95)

Para compreender as informações espaciais contidas no mapa, Simielli (2012, p. 95) chama atenção para a necessidade da alfabetização cartográfica, ou seja, “educar o aluno para a visão cartográfica” do espaço e da realidade da qual o aluno faz parte. Logo, ressalta a autora, a partir de uma educação que desenvolva a visão cartográfica, haverá a desmistificação da cartografia enquanto mapas prontos e acabados, que apenas serão utilizados pelos alunos para copiar ou localizar os fenômenos, objetos e práticas espaciais descontextualizadas daquilo que o aluno vive.

Dessa forma, o livro didático precisa trazer os elementos cartográficos e a formação do conceito de cartografia de forma a possibilitar que o aluno, de fato desenvolva:

habilidades fundamentais, como decodificar, interpretar, classificar, registrar, comparar, localizar, situar, entre outras, que corroboram a formação de uma consciência espacial-cidadã crítica e propositiva em relação ao mundo (NOGUEIRA, 2009, p.180).

Além disso, o autor destaca a necessidade de que o aluno saiba fazer, ler e decodificar cartas e mapas, uma vez que, estes produtos cartográficos são entendidos como a representação do espaço habitado e da realidade natural e social, possibilitando

que os sujeitos se orientem e se situem. Sendo assim, o conhecimento cartográfico possibilitará ao aluno o conhecimento do espaço geográfico em que está inserido, logo a compreensão e intervenção no mesmo, elemento fundamental para a constituição da cidadania.

Vale ressaltar que o espaço geográfico, que precisa ser compreendido para haver intervenção, é construído e transformado ao longo da história, por diferentes sujeitos, ações e processos. Destes processos, destaca-se a globalização, a qual de acordo com Harvey (2009, p.88) consiste em um “processo de produção de desenvolvimento temporal e geográfico desigual”, assim, possui uma dimensão espacial. Neste sentido, os livros didáticos ao trazer este conceito, necessitam abordar a complexidade envolvida neste processo que influencia significativamente na transformação do espaço, transformação esta, como destaca o autor, não insere (contempla) todos os sujeitos sociais e nem mesmo todos os lugares do globo da mesma maneira, por isso, é um processo excludente e desigual.

Santos (2001) aponta que por vezes a globalização é compreendida enquanto um processo muito positivo por permitir a formação de aldeias globais, a partir da concepção de notícias difundidas instantaneamente e que realmente informam as pessoas. Além da ilusão de que ocorre o encurtamento das distâncias, difundindo-se assim a noção de tempo e espaço contraídos “é como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão” ([sic] idem, p.19). O autor denomina esse aspecto de “globalização como fábula”, uma vez que são formadas concepções errôneas acerca deste processo fazendo-se acreditar, por exemplo, que as informações são acessíveis a todos assim como são possíveis viagens, devido ao “estreitamento das distâncias”.

O que ocorre, como explicitado por Massey (2012), é a inclusão parcial de sujeitos sociais que podem pagar pelas benesses do referido processo, e a consequente exclusão dos demais sujeitos, ou a inclusão destes de maneira parcial e discriminatória. Em outras palavras, parte significativa da população mundial não tem acesso a, por exemplo, *internet*, compras em supermercados de grande porte, e outros aspectos de uma vida dita global. Dessa maneira, há a competição destas pessoas, já excluídas com grandes empresas, por direitos considerados universais e de primeira ordem para a manutenção da vida humana. Harvey (2009) demonstra que, em Baltimore, por exemplo, os pobres que já possuem casa própria, são ignorados pelo governo local quando do financiamento de habitações a grandes empresas do setor imobiliário. O governo de Baltimore, aliado a uma política internacional, investe na construção de

casas para pessoas que, grosso modo, poderiam pagar por essas moradias, negando o acesso de sem-tetos à habitação.

Cabe ao livro didático, neste sentido, auxiliar o trabalho do professor a permitir que o aluno reflita sobre a globalização enquanto processo, a forma como ocorre e suas consequências. Tais consequências, quando percebidas, revelam a globalização enquanto perversidade (SANTOS, 2001). O autor explicita enquanto perversidade características como a pobreza, desemprego, não acesso a uma educação de qualidade, desabrigo, entre outros elementos.

Considerações Finais

Pensar o livro didático se constitui tarefa desafiadora, uma vez que este recurso metodológico ganha cada vez mais espaço na sala de aula. Por vezes o professor atribui ao livro a responsabilidade de fornecer todas as informações necessárias aos alunos, planejando as aulas com base neste material e utilizando-o assim, como um manual didático.

O Guia Nacional do Livro Didático considera que o livro, além de outras funções, deve servir como instrumento de formação continuada ao professor. Porém, a utilização do livro deve ser feita a partir de uma reflexão sobre o seu conteúdo, ou seja, o professor enquanto mediador do processo de ensino-aprendizagem necessita ler, e filtrar as informações ali contidas, não considerando o livro como uma verdade absoluta. Dessa forma, tomá-lo como instrumento de formação continuada pode se constituir um problema.

Além desse filtro realizado pelo professor no momento de utilização do livro como subsídio ao planejamento da aula, e antes mesmo que o livro chegue às mãos dos professores e alunos, ocorre um processo maior e mais criterioso de avaliação dos livros didáticos. Os critérios de avaliação se tornam cada vez mais um parâmetro no momento da elaboração dos livros, dado o interesse das editoras em abarcar esse mercado promissor. Por conseguinte, a partir das avaliações ocorre um ganho na qualidade dos livros didáticos, uma vez que erros conceituais, informações de caráter racista e discriminatório e divulgação de rótulos e propagandas publicitárias são barrados.

Outro aspecto considerado no momento de avaliação dos livros didáticos é a colaboração que estes dão para a formação cidadã dos alunos. Dessa maneira, o livro didático de Geografia, necessita trazer elementos que permitam ao aluno compreender o

espaço geográfico, para então conseguir intervir e logo, exercer sua cidadania. Para que esta intervenção ocorra, há que se compreender alguns conceitos da ciência Geográfica, como o lugar, compreendido por aliar demandas do local e do global e possuir significação ao aluno. Esse sentimento de pertencimento possibilita a atuação enquanto cidadão e ao livro – e ao professor – cabe explicitar elementos que deem significação ao lugar do aluno.

A cartografia, enquanto linguagem, também pode possibilitar ao aluno o conhecimento do espaço geográfico, uma vez que por meio dessa linguagem pode-se representar diferentes dimensões e características geográficas presentes em determinadas espacialidades.

Destaca-se também, como elemento para formação cidadã a compreensão da globalização enquanto um processo que exclui e cria desigualdades. Sendo assim, o livro didático pode se constituir como uma ferramenta de desmistificação da globalização como algo positivo, que proporciona acesso a informação por todos e encurta as distâncias do globo, explicitando as contradições desse processo.

Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Guia de livros didáticos**: PNLD 2011: Geografia. – Brasília: Ministério da Educação, 2010.

Berrezza, Holien Gonçalves; Luca, Tânia Regina de. Em busca da qualidade – PNLD História – 1996-2004. In: Sposito, Maria E. Beltrão (org.). **Livros didáticos de História e Geografia**: avaliação e pesquisa. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2006.

Cavalcanti, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Coleção Magistério e Trabalho Pedagógico. Campinas: Ed. Papirus, 1998.

Cavalcanti, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola**. Coleção Magistério e Trabalho Pedagógico. Campinas: Ed. Papirus, 2012.

Cisternas, Nataly A. Pérez. **O conceito de cidade em Geografia nos livros didáticos do Chile e do Brasil**. Dissertação [mestrado]. Goiânia: Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, 2012.

D'Ávila, Cristina. **Decifra-me ou te devorarei**. O que pode o professor frente ao livro didático? Salvador: EDUNEB; EDUFBA, 2008.

Goiânia, Prefeitura. Secretaria de Educação. **Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental da Infância e da Adolescência**: ciclos de formação e desenvolvimento humano – Goiânia: Rede Municipal de Educação, 2009.

Harvey, David. **Espaços de Esperança**. Trad.: Sobral, Adail Ubirajara; Gonçalves, Maria Stela. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

Hespanhol, Antônio Nivaldo. A avaliação oficial de livros didáticos de Geografia no Brasil: O PNLD 2005 (5ª a 8ª séries). In: Sposito, Maria E. Beltrão (org.). **Livros didáticos de História e Geografia**: avaliação e pesquisa. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2006.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da educação básica: censo escolar 2006**. Brasília: INEP, 2017. Disponível em: http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BB2D8FEE8-D51C-4B38-B45B-971067E9C4FF%7D_SINOPSE-2006-MIOLO-01.pdf Acesso: 16/maio/2013.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica: 2012 – resumo técnico**. Brasília: INEP, 2013. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf Acesso: 05/maio/2013.

Massey, Doreen. **Pelo Espaço**: uma nova política da espacialidade. Maciel, Hilda P.; Haesbaert, Rogério (trad.). 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

Nogueira, Valdir. **Educação Geográfica e formação da consciência espacial-cidadã no ensino fundamental**: sujeitos, saberes e práticas. Tese [doutorado]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009.

Santos, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Silva, Silvana Alves. **A temática da dinâmica intraurbana de Aparecida de Goiânia para a formação cidadã juvenil**. Trabalho de monografia [conclusão de curso]. Goiânia: Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, 2013.

Simielli, Maria Elena R. Cartografia no Ensino Fundamental e Médio. In: Carlos, Ana Fani A (org.). **A Geografia na sala de aula**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

Sposito, Eliseu Saverio. O livro didático de Geografia: necessidade ou dependência? Análise da avaliação das coleções didáticas para o Ensino Fundamental. In: Sposito, Maria E. Beltrão (org.). **Livros didáticos de História e Geografia**: avaliação e pesquisa. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2006.

Sposito, Maria E. Beltrão. As diferentes propostas curriculares e o livro de Geografia. In: Pontuscha, NidiaNacib; Oliveira, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). **Geografia em Perspectiva**: ensino e pesquisa. São Paulo: Contexto, 2002.

Sposito, Maria E. Beltrão. A avaliação de livros didáticos no Brasil – por quê? In: Sposito, Maria E. Beltrão (org.). **Livros didáticos de História e Geografia**: avaliação e pesquisa. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2006.

Vesentini, José William. Educação e ensino de Geografia: instrumentos de dominação e/ou de libertação. In: Carlos, Ana Fani A (org.). **A Geografia na sala de aula**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2012.